

**1ª Rodada SEFAZ-AL
(Auditor de Finanças,
Controle e
Arrecadação)**

*SEFAZ-AL (Auditor de Finanças,
Controle e Arrecadação) - Rodadas
Avançadas de Simulados*

27 de Junho de 2021

Simulado Especial

Rodada Avançada Sefaz AL (Auditor Contábil)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da SEFAZ-AL;
- 2 – A prova contém 160 (cento e sessenta) itens que abordam o conteúdo programático de conhecimentos gerais e específicos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com questões objetivas no estilo Certo/Errado;
- 4 – Os participantes têm das 8:00h às 20:00h para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico a fim de que participem do Ranking Exclusivo e do Ranking Cumulativo;
- 5 – Caso o preenchimento do gabarito ocorra após às 20:00h, o aluno participará apenas do Ranking Geral;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – Em até 48 (quarenta e oito) horas do preenchimento do seu gabarito, serão disponibilizados na plataforma as estatísticas do seu resultado e comparativos com os outros alunos que tiverem feito o simulado até o momento;
- 8 - Às 14h será liberado o Caderno do Simulado da prova Discursiva.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Rodada-Avançada-SEFAZ-AL-Auditor-Contábil-27-06-21>

01 - C E	28 - C E	55 - C E	82 - C E	109 - C E	136 - C E
02 - C E	29 - C E	56 - C E	83 - C E	110 - C E	137 - C E
03 - C E	30 - C E	57 - C E	84 - C E	111 - C E	138 - C E
04 - C E	31 - C E	58 - C E	85 - C E	112 - C E	139 - C E
05 - C E	32 - C E	59 - C E	86 - C E	113 - C E	140 - C E
06 - C E	33 - C E	60 - C E	87 - C E	114 - C E	141 - C E
07 - C E	34 - C E	61 - C E	88 - C E	115 - C E	142 - C E
08 - C E	35 - C E	62 - C E	89 - C E	116 - C E	143 - C E
09 - C E	36 - C E	63 - C E	90 - C E	117 - C E	144 - C E
10 - C E	37 - C E	64 - C E	91 - C E	118 - C E	145 - C E
11 - C E	38 - C E	65 - C E	92 - C E	119 - C E	146 - C E
12 - C E	39 - C E	66 - C E	93 - C E	120 - C E	147 - C E
13 - C E	40 - C E	67 - C E	94 - C E	121 - C E	148 - C E
14 - C E	41 - C E	68 - C E	95 - C E	122 - C E	149 - C E
15 - C E	42 - C E	69 - C E	96 - C E	123 - C E	150 - C E
16 - C E	43 - C E	70 - C E	97 - C E	124 - C E	151 - C E
17 - C E	44 - C E	71 - C E	98 - C E	125 - C E	152 - C E
18 - C E	45 - C E	72 - C E	99 - C E	126 - C E	153 - C E
19 - C E	46 - C E	73 - C E	100 - C E	127 - C E	154 - C E
20 - C E	47 - C E	74 - C E	101 - C E	128 - C E	155 - C E
21 - C E	48 - C E	75 - C E	102 - C E	129 - C E	156 - C E
22 - C E	49 - C E	76 - C E	103 - C E	130 - C E	157 - C E
23 - C E	50 - C E	77 - C E	104 - C E	131 - C E	158 - C E
24 - C E	51 - C E	78 - C E	105 - C E	132 - C E	159 - C E
25 - C E	52 - C E	79 - C E	106 - C E	133 - C E	160 - C E
26 - C E	53 - C E	80 - C E	107 - C E	134 - C E	
27 - C E	54 - C E	81 - C E	108 - C E	135 - C E	



CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA**

Em breve, um remédio revolucionário chegará às farmácias dos Estados Unidos da América (EUA). É um remédio apropriado para pacientes cardíacos, mas seu tremendo ineditismo está em outro aspecto - trata-se do primeiro remédio étnico.

O remédio étnico é uma boa notícia?

À primeira vista, parece uma notícia excelente. Afinal, cada grupo de seres humanos - os negros, os brancos, os asiáticos etc. - passaria a ter possibilidade de usar remédios "sob medida", particularmente eficazes. Mas a medicina étnica esconde uma questão extremamente complexa: ela parte do princípio, do explosivo princípio, de que os negros, os brancos, os asiáticos ou os indígenas são biologicamente diferentes, tanto que, para cada um deles, para cada "raça" existiria um medicamento mais eficaz. E tudo o que vem do conceito de raça é complicado.

É claro que, mesmo diante de riscos tremendos, não se pode impedir a pesquisa, a ciência, enfim, a medicina étnica de caminhar, evoluir, se é que ela tem realmente uma evolução pela frente. Também é claro que a pior solução seria decretar um embargo em qualquer pesquisa que tenha por mote o conceito de "raça".

Tendo como referência as ideias do texto, julgue os itens a seguir.

01. O deslocamento da expressão inicial do texto "Em breve," incluindo a vírgula, para depois de "chegará" preserva a correção gramatical e a coerência textual, desde que sejam feitos os devidos ajustes nas letras maiúsculas e minúsculas.

02. Por introduzir um enunciado de valor explicativo, além de colocá-lo em destaque, o sinal de travessão, no final do primeiro parágrafo, poderia ser substituído por dois-pontos.

03. No início do terceiro parágrafo, o emprego do verbo parecer, em lugar de ser, sugere que a "notícia" pode não ser "excelente"; a oposição a esse qualificativo é justificada na oração "Mas a medicina étnica esconde uma questão extremamente complexa" (l. 7-8)

04. O emprego de aspas em "sob medida e "raça", no segundo parágrafo, indica que o autor está citando termos do relatório da pesquisa que comenta.

05. Preservam-se a coerência textual e a correção gramatical, transformando-se a oração reduzida de infinitivo, iniciada pelo pronome "que", no trecho "ela parte do princípio, do explosivo princípio, de que os negros, os brancos, os asiáticos ou os indígenas são biologicamente diferentes", ao se retirar esse pronome e substituir "são" por serem.

DIREITO ADMINISTRATIVO

06. A respeito do tema de Licitações, julgue os próximos itens.

Na licitação, os critérios de julgamento definem o procedimento da licitação. Pode-se afirmar, então, que os critérios definem o rito, o caminho e as etapas da licitação pública.

07. Segundo a nova Lei de Licitações, a partir de agora, as modalidades de licitação serão definidas pela natureza do objeto e pelo seu respectivo valor.



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Contábil) 27/06/2021

08. Os procedimentos auxiliares das licitações e das contratações regidas pela nova Lei de Licitações não são modalidades, mas são instrumentos que auxiliam a administração no procedimento de contratação.

09. A licitação é um procedimento administrativo integrado por atos e fatos da Administração e atos e fatos do licitante, todos contribuindo para formar a vontade contratual.

10. Julgue os itens 10 a 15 a seguir, relativos aos servidores públicos e temas correlatos.

O servidor estatutário sujeita-se ao regime estatutário estabelecido em lei pela unidade da Federação a que estiver vinculado, não havendo nenhuma possibilidade de modificação deste regime, uma vez que se trata de norma de ordem pública, não derogável pelas partes.

11. Os particulares em colaboração com a Administração são pessoas físicas que prestam serviços ao Estado sem vínculo empregatício, mas que podem ou não receber remuneração. Dentro dessa categoria de agentes públicos, podem ser citados os agentes honoríficos, que exercem funções públicas relevantes, como os mesários convocados para atuar nas Eleições ou os jurados convocados para compor o Conselho de Sentença no Tribunal do Júri.

12. A vedação ao nepotismo, prevista na Súmula Vinculante nº 13 alcança os cargos de provimento em comissão, as funções gratificadas e os cargos de direção e assessoramento, não se aplicando tal vedação aos cargos de provimento efetivo, com acesso mediante prévia aprovação em concurso público.

13. Considerando que o Art. 5º, IV da Constituição Federal garante a livre manifestação do pensamento, mas proíbe o anonimato, a Administração Pública não pode instaurar processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima.

14. Situação Hipotética: Helena, auditora fiscal da Sefaz-AL foi removida de ofício, no interesse da Administração Pública, da Cidade X para a Cidade Y, sem que a autoridade competente expusesse a motivação para tal decisão. Inconformada com seu destino, a servidora impetrou mandado de segurança contra o ato que a removeu da Cidade X, alegando nulidade por ausência de fundamentação. A autoridade prestou informações nos autos da ação mandamental, onde expôs todos os motivos que a levaram à decisão de remoção de Helena.

A respeito da situação hipotética acima, julgue os itens que se seguem.

O ato de remoção de servidor público por interesse da Administração Pública deve ser motivado. A remoção é o deslocamento do servidor, com o respectivo cargo, para quadro de pessoal de outro órgão ou entidade do mesmo Poder, observado sempre o interesse da Administração.

15. É possível que o vício da ausência de motivação seja corrigido após a edição do ato impugnado, desde que a autoridade apresente os motivos que a levaram à decisão ao prestar as informações no mandado de segurança, podendo esses motivos serem preexistentes ou posteriores ao ato de remoção.



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Contábil) 27/06/2021

DIREITO CONSTITUCIONAL

16. De acordo com o Art. 5º, VII, da CF/88, “é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva” é uma norma de eficácia contida.

17. Eduardo é brasileiro naturalizado e, cansado de morar no Brasil, se mudou para a França. Dois anos depois, conheceu a Anna Victorino, que é espanhola e logo se casou com ela. Quando Anna Victorino estava a serviço de seu país na Escócia, nasceu Conor McGregor, filho do casal, que não foi registrado no consulado brasileiro nem no espanhol. Quando completou 18 anos de idade, McGregor foi para o Brasil e, apaixonado pela Bahia, decidiu se mudar definitivamente. Logo após, resolveu escolher pela nacionalidade brasileira. Nesse caso, é correto afirmar que Conor McGregor será brasileira nato.

18. É defesa a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município.

19. A idade mínima para se eleger vereador ou se tornar juiz de paz é aos dezoito anos.

20. É uma competência exclusiva da União a exploração dos portos marítimos, fluviais e lacustres diretamente ou mediante autorização, permissão ou concessão.

21. As ilhas costeiras são bens públicos que pertencem à União, com exceção das ilhas que

contenham as sedes de capitais ou que possuam unidades de conservação estadual ou municipal.

22. O Presidente da República poderá criar, através de decreto autônomo, um órgão público, caso não acarrete aumento de despesa.

23. As Comissões Parlamentares de Inquérito podem determinar interceptação telefônica e quebra de sigilo de correspondências.

24. O controle político inclui a fiscalização das contas dos administradores e de demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta.

25. O Conselho Nacional de Justiça é um órgão não-jurisdicional, que possui atividade administrativa e financeira, sendo composto por quinze membros com mandatos de dois anos, permitida uma recondução e é presidido pelo presidente do Superior Tribunal de Justiça.

DIREITO EMPRESARIAL

26. Decretada a falência de uma sociedade empresária, a alienação judicial dos vários mercadorias e imóveis que integravam seu estabelecimento, e foram arrecadados pelo administrador judicial, ocorreu após 3 anos da prolação da sentença.

Considerando a situação hipotética e no que concerne à Lei de Recuperação e Falências – Lei 11.101/2005, julgue a alternativa a seguir.

No interregno entre a decretação da falência e a alienação judicial, os créditos devidos à Fazenda Estadual, referentes aos fatos geradores do ICMS, são considerados extraconcursais, com pagamento após as custas judiciais relativas às ações e



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Contábil) 27/06/2021

execuções em que a massa falida tenha sido vencida.

27. Dollynho, necessitando transportar uma substância ilícita para o Rio de Janeiro, contrata Lima, piloto de uma lancha de pequeno porte. A substância ilícita estava escondida em um fundo falso na mala de Dollynho. Lima desconhecia a presença desse material durante a navegação. Ao chegarem no Rio de Janeiro, foram surpreendidos pela polícia que identificou a substância ilícita nos pertences de Dollynho.

Considerando o caso hipotético descrito, é possível afirmar que o contrato de transporte é nulo, pois objetiva fraudar lei imperativa.

28. As contratações eram, tradicionalmente, instrumentalizadas em meio físico (papel), de modo que o contato pessoal entre as partes contratantes se fazia quase sempre imprescindível. Com base no tema comércio eletrônico, julgue o item a seguir.

Com a internet, entretanto, permite-se o contato e a manifestação de vontade por meio virtual. A esse tipo de contratação dá-se o nome de comércio eletrônico.

29.

A sociedade em conta de participação é o que a doutrina chama de sociedade secreta. Na verdade, não se trata, propriamente, de uma sociedade, mas de um contrato especial de investimento.

Com base no disposto na legislação relativa ao direito empresarial e societário e na jurisprudência sobre esses ramos do direito, julgue o item a seguir.

A sociedade em conta de participação é um tipo de sociedade personificada e apresenta duas categorias distintas de sócios: o sócio ostensivo e os sócios participantes (também chamados de

sócios ocultos). Ela só existe internamente, ou seja, entre os sócios. Externamente, isto é, perante terceiros, só aparece o sócio ostensivo, o qual exerce, em seu nome individual, a atividade empresarial, e responde sozinho pelas obrigações contraídas.

30. Créditos quirografários são aqueles que decorrem somente do simples encontro de vontade entre as partes, tendo como garantia a simples promessa do devedor de que, no vencimento, vai adimplir a obrigação.

A respeito da classificação dos créditos na falência, é correto afirmar que os créditos quirografários têm preferência sobre os créditos tributários.

DIREITO CIVIL

31. Dioclésio, turista brasileiro na badalada cidade de Las Vegas (EUA), buscando diversão com amigos foi a um cassino naquela cidade, cuja atividade é lícita segundo as regras locais, e, após horas de jogatina, contraiu uma dívida de U\$ 1,000.00. Desesperado com tal situação, Dioclésio conseguiu sair do local sem efetuar o pagamento devido e, no dia seguinte, desesperadamente conseguiu retornar ao Brasil. Meses se passaram e para a surpresa de Dioclésio, ele foi comunicado da existência de uma ação de cobrança proposta no Brasil pela sociedade empresária administradora do cassino de Las Vegas. Nessa ação, foi alegada que a obrigação foi regularmente contraída nos Estados Unidos da América e não foi paga. Inconformado, Dioclésio buscou sustentar perante o juízo que a cobrança é ilícita, pois a atividade de jogos de azar, explorada por cassinos, é proibida pela legislação brasileira. Por conta dessa proibição, segundo Dioclésio, a dívida é inexigível judicialmente e entender o fato de modo diverso geraria violação à soberania brasileira.



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Contábil) 27/06/2021

Considerando a situação hipotética e as previsões contidas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), julgue o item abaixo:

A dívida de jogo contraída por Dioclésio, no exterior, é exigível no Brasil.

32. Em 31/12/2017, Douglas, que era brasileiro nato e casado sob o regime legal com Alice, também brasileira nata, ambos residentes e domiciliados na China, faleceu por decorrência de um vírus até então desconhecido. Douglas deixou dois filhos como herdeiros, Nancy e Gaviel, residentes e domiciliados na pacata cidade de Catanduva, localizada no interior de Santa Catarina, e os seguintes bens a inventariar: a casa em que residia no exterior, uma casa simples no bairro de bonsucesso, situado no estado do Rio de Janeiro, e dois automóveis, também localizados na China. O casamento de Douglas e Alice foi celebrado na cidade de origem de Alice. Antes do casamento, ele residia e era domiciliado no Brasil, ao passo que ela residia e era domiciliada em um país do leste europeu. O primeiro domicílio do casal foi no exterior.

Considerando a situação hipotética e as previsões contidas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), julgue o item abaixo:

A sucessão de Douglas obedecerá à lei brasileira.

33. Em atendimento ao princípio da autonomia da vontade considera-se legítimo o ato de disposição do próprio corpo que importe em diminuição permanente da integridade física, firmado mediante benefício econômico em proveito do doador, desde que oriundo de contrato escrito com cláusula de irrevogabilidade e irretratabilidade.

34. Marcelo e Marta são sócios da empresa M&M Comércio de Produtos Alimentícios Ltda, sendo o

primeiro sócio administrador da sociedade empresária. Afetada pela crise econômica que se instaurou no Brasil nos últimos anos, a sociedade empresária foi encerrada pelos sócios, de forma irregular. Logo em seguida os mesmos sócios abriram a empresa L&L Alimentos Ltda., em outro ponto da cidade, tendo sido integralizado o capital desta com os bens da empresa M&M Comércio de Produtos Alimentícios Ltda. Os credores da empresa M&M Comércio de Produtos Alimentícios Ltda são exclusivamente fornecedores.

Considerando a situação hipotética e as previsões contidas no Código Civil, julgue o item abaixo:

Nessa situação, segundo o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o encerramento, de forma irregular, das atividades da sociedade M&M Comércio de Produtos Alimentícios Ltda é, por si só, causa para que os credores indiquem como caracterizada a desconsideração da personalidade jurídica, na forma do Código Civil.

35. O negócio jurídico nulo pode ser convertido em outro negócio jurídico válido se os requisitos da substância e forma desse último estiverem presentes e se o fim que objetivavam as partes permitir supor que teriam desejado a conversão caso tivessem previsto a nulidade.

DIREITO PENAL

36. Segundo a teoria da ubiquidade, considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado. Nesse sentido, é correto afirmar que não se aplica a teoria da ubiquidade nas infrações penais de menor potencial ofensivo.

37. Sobre a tentativa, julguem o item a seguir:



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Contábil) 27/06/2021

Conforme a doutrina e jurisprudência majoritárias, os crimes de empreendimento não admitem tentativa.

38. Situação hipotética: Luciana, 19 anos, pensa estar grávida de seu namorado. Desesperada e com medo do que seus pais poderiam achar, ela entra na internet e pesquisa sobre diversos chás que poderiam provocar um efeito abortivo. Tão logo, vai em uma casa de produtos naturais e compra os referidos chás, prepara-os em casa e, finalmente, os toma. Porém, 4 dias depois, descobre que tudo isso era fruto de sua imaginação e que, na verdade, ela nunca esteve grávida.

Nesse caso, é correto afirmar que Luciana cometeu um delito putativo por erro de tipo.

39. Situação hipotética: Fernando, Auditor Fiscal da Receita Federal, servidor autorizado a mexer no sistema eletrônico, alterou indevidamente dados corretos no banco de dados do seu órgão com o fim de obter vantagem indevida para si, já que receberia R\$ 20.000,00 por esse serviço. Nesse caso, é incorreto afirmar que Fernando cometeu o crime de peculato eletrônico e não o crime de falsidade ideológica.

40. Henrique encontra uma mulher no caixa eletrônico com dificuldades de depositar seu dinheiro, pois seria a primeira vez que faria algo parecido. Assim, muito atencioso, mas com segundas intenções, Henrique se oferece para ajudá-la. Após a mulher ter entregado o envelope com o dinheiro dentro, Henrique finge ter colocado dentro do caixa eletrônico, e logo em seguida, o guarda no bolso de seu casaco. Nesse caso, é correto afirmar que Henrique cometeu o crime de furto qualificado mediante fraude.

DIREITO TRIBUTÁRIO

41. Para que possa ser enquadrada na definição de tributo estabelecida no Código Tributário Nacional, uma prestação pecuniária deve, entre outras características, ser de cobrança compulsória e ter seletividade.

42. O Código Tributário Nacional veda que um ente público delegue a função de arrecadar e fiscalizar tributos a outra pessoa jurídica de direito público.

43. A existência de conjuntura que exija absorção temporária de poder aquisitivo pode ensejar a instituição de empréstimos compulsórios por parte da União.

44. O Princípio da Anterioridade Anual permite ao contribuinte programar-se financeiramente, adequando os seus gastos, de forma a poder honrar no futuro com o pagamento de tributos recém-criados ou majorados.

45. A imunidade recíproca trata especificamente de impostos, sendo aplicável aos entes de maior abrangência territorial em detrimento dos entes de menor abrangência territorial.

46. A data de inscrição e a quantia devida sempre estarão indicadas no termo de inscrição da dívida ativa.

47. Os municípios participam da partilha da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de importação de petróleo e derivados.



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Contábil) 27/06/2021

48. Em regra, a constituição do crédito tributário é regida pela legislação vigente na data da ocorrência do fato gerador.

49. Situação hipotética: Em 2018, vigia lei que estabelecia a alíquota de 2,5% para o ISS de determinado serviço no município de Maceió-AL. Em anos posteriores, essa alíquota foi modificada sucessivamente: no exercício de 2019, passou a ser de 1,5%; em 2020, de 3,0%; e, em 2021, de 4%.

Assertiva: Nesse caso, se o fisco viesse a lavrar auto de infração em 2021 para efetuar o lançamento do ISS sobre fato gerador de 2019, deverá adotar a alíquota de 4%.

50. Em que pese a definição de tributo não abarcar as multas tributárias, é correto dizer que a obrigação tributária principal corresponde a uma prestação pecuniária que tenha como objeto o pagamento de tributo ou de multa por descumprimento da legislação tributária.

CONTABILIDADE GERAL

51. Um estoque que uma entidade pretenda consumir no decurso normal do seu ciclo operacional deve ser por ela classificado como ativo não circulante no balanço patrimonial.

52. Debêntures, empréstimos, obrigações tributárias e fornecedores são típicas contas integrantes do passivo no balanço patrimonial de uma entidade.

53. Com base no Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) — Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, julgue o item subsecutivo.

O valor em uso de um ativo deve contemplar os custos de transação que a entidade que detém o controle do referido ativo espera incorrer no futuro, caso venha a negociar esse ativo ao final de sua vida útil.

54. De acordo com o CPC 03, recebimentos de caixa decorrentes de honorários e comissões se associam a atividades operacionais, enquanto o recebimento de royalties se associa a atividades de investimentos.

55. Com base na Lei 6.404/76, é correto afirmar que companhia fechada cujo capital social, na data do balanço, seja inferior a R\$ 2.000.000,00 não está obrigada a elaborar e apresentar a demonstração dos fluxos de caixa.

56. O reconhecimento de uma provisão passiva só poderá existir se a empresa souber exatamente o valor da despesa que originou essa provisão.

57. O valor de custo do estoque deve incluir todos os custos de aquisição e de transformação. Os custos de transformação abrangem custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados.

58. Os ativos intangíveis são ativos não monetários, identificáveis e sem substância física.

CONTABILIDADE DE CUSTOS

59. Quanto maior for o volume de produção, maior será o custo fixo por unidade produzida.

60. Os custos de transformação de estoques incluem os custos indiretos de produção variáveis, que variam conforme a quantidade produzida. Os



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Contábil) 27/06/2021

custos indiretos de produtos fixos, que independem do volume da produção, são considerados despesas operacionais, não compondo o lucro bruto.

61. Levando em conta os melhores conceitos acerca da contabilidade de custos, julgue os itens abaixo:

Sucatas são itens cuja venda é esporádica e realizada por valor não previsível na data em que surgem na fabricação. Por isso, não só não recebem custos, como também não têm sua eventual receita considerada como diminuição dos custos de produção. Mesmo que existam em quantidades razoáveis na empresa, não aparecem como estoque na contabilidade. Quando ocorre sua venda, têm sua receita considerada como Outras Receitas Operacionais.

62. Existe na produção contínua, e também na produção por ordem, o custo conjunto representado pela soma dos gastos de produção incorridos até o momento em que de uma matéria-prima surgem diversos produtos. Estes podem ser os coprodutos ou os subprodutos. Os subprodutos, por sua vez, não podem ser confundidos com as sucatas, que podem ou não ser decorrência normal do processo de produção. Quanto à avaliação e ao tratamento contábil a serem dados a estes itens, pode-se afirmar que os subprodutos devem ser avaliados segundo os mesmos critérios de avaliação utilizados para a avaliação dos coprodutos.

63. A empresa Boi bravo Comércio de Carnes Ltda. adquiriu em um determinado mês, 10 (dez) bois vivos, ao preço de R\$ 340,00 cada, com ICMS incluso de 18%. Durante o processo de abate de todos os animais, a empresa incorreu nos seguintes custos operacionais:

- Mão-de-obra direta R\$ 503,00

- Custos indiretos R\$ 1.045,00

O produto acabado é vendido no mercado pelos seguintes preços de venda:

- Filé mignon R\$ 10,00/kg
- Picanha R\$ 11,00/kg
- Alcatra R\$ 6,00/kg
- Demais carnes (preço médio) R\$ 5,00/kg
- Miúdos R\$ 2,00/kg
- Ossos e couros R\$ 1,00/kg

A produção total foi de:

- Filé mignon R\$ 30kg
- Picanha R\$ 40/kg
- Alcatra R\$ 45/kg
- Demais carnes (preço médio) R\$ 800/kg
- Miúdos R\$ 120/kg
- Ossos e couros R\$ 50/kg

A empresa atribui custos aos diferentes produtos com base no valor de venda dos mesmos. Considerando os dados acima, pode-se afirmar que os custos de produção da picanha e da alcatra foram, respectivamente, R\$365,00 e 221,00.

64. Com relação ao custo padrão, julgue o item subsequente:

O custo padrão deve ser sempre comparado com o custo estimado, de modo a permitir a identificação das causas de eventuais variações e a adoção de correções futuras.

65. O custo padrão estimado é um custo determinado de forma científica pela engenharia de produção da empresa, dentro das condições ideais de qualidade dos materiais, da eficiência da mão de obra, com o mínimo de desperdício de todos os insumos envolvidos.



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Contábil) 27/06/2021

ECONOMIA

66. Com relação aos instrumentos de política fiscal, monetária e cambial, julgue o item que se segue.

A utilização de “barreiras à importação”, tais como a tributação excessiva sobre mercadorias importadas e as cotas de importação, tende a conter a depreciação da taxa de câmbio da moeda nacional.

Com relação à contabilidade nacional, julgue os itens 67 e 68.

67. Em uma economia fechada e sem governo, as famílias destinam sua renda total ao consumo e à poupança.

68. Pela lógica da produção, os serviços domésticos não entram no cômputo do PIB.

69. No que se refere às relações financeiras com o resto do mundo, julgue o item que se segue.

A absorção de poupança do resto do mundo por um país não necessariamente significa déficit de sua Balança Comercial.

70. Acerca de contabilidade nacional e política monetária, julgue o item a seguir.

As três razões pelas quais as pessoas demandam moeda são porque ela serve como meio de troca, possui reserva de valor e constitui unidade de conta.

71. Acerca dos modelos de análise macroeconômica, julgue o item.

A redução de impostos financiados pelo endividamento público possui a dupla função de

incentivar o consumo e aumentar a poupança nacional.

A respeito dos conceitos de microeconomia, julgue os itens 72 e 73.

72. A fronteira de possibilidades de produção representa a produção real de uma economia no desenvolvimento de um par de bens ou serviços.

73. Mesmo estando sobre a curva de possibilidades, não há garantia de que a economia esteja operando com eficiência, já que é preciso se analisar a relação de preços entre os insumos.

Enunciado para as questões 74 e 75.

A função de produção de uma firma é dada por $Y = L^3K + L$, em que Y é produto, L é a quantidade de trabalho e K é o estoque de capital. Sabendo que a firma deseja produzir com $K = 20$, julgue os itens a seguir.

74. A produtividade média da firma será igual a $20L^2 + 1$.

75. A produtividade marginal do trabalho, para $L=1$, vale 71.

76. Com relação à Teoria dos Custos de Produção, julgue:

As curvas de custo médio variável e custo médio total são crescentes quando o custo marginal tem sua curvatura ascendente.

77. A função de produção de uma firma é expressa por $Y=6K^{2/3}L^{1/3}$, em que Y é a quantidade produzida de um bem, K é o estoque de capital e L é a quantidade de trabalho. Supondo que os preços do insumo capital e do insumo trabalho,



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Contábil) 27/06/2021

em unidades monetárias, sejam $r = 2$ e $w = 1$ respectivamente, julgue o item seguinte.

A curva de custo total é dada por $CT = 0,5Y$.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

78. Considerando as disposições do PMBOK, julgue o item a seguir:

Projeto é um esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado único.

79. A respeito do ITIL v4, julgue o item a seguir:

Um dos princípios orientadores do ITIL v4 diz que é preciso colaborar, evitando promover a visibilidade.

80. Com relação a banco de dados, julgue o item seguinte.

Uma entidade fraca é uma entidade que, para existir, depende da existência de uma entidade forte.

81. Julgue o próximo item, relativo a Certificação Digital e infraestrutura de chaves públicas.

A Autoridade Certificadora (AC) é responsável por certificar-se que os documentos do titular do certificado digital são válidos e pertencem ao mesmo, enquanto a Autoridade de Registro (AR) é responsável pelo registro dos Certificados Digitais.

82. No que diz respeito a Big Data, julgue o próximo item.

Em Big Data, o Volume refere-se ao grande número de tipos ou formas de dados que podem ser processados, como fotos, vídeos, textos, etc.

83. Julgue o item a seguir, a respeito de BPMN.

Os objetos de fluxo são divididos em atividades (activities), eventos (eventos) e decisores (gateways).

84. Sobre o assunto Segurança da Informação, julgue o item a seguir.

Um aplicativo spyware pode ser utilizado de forma legítima ou maliciosa.

85. Considerando as disposições do PMBOK 6, julgue o item a seguir:

O processo Identificar os Riscos pertence ao grupo de processos Execução.

86. A respeito de Business Intelligence, julgue o item.

A operação drill across permite ao usuário pular um nível intermediário dentro da mesma dimensão.

87. Julgue o seguinte item, a respeito de Big Data.

No modelo de referência CRISP-DM, a identificação dos dados relevantes das diferentes fontes de dados é realizada na fase denominada Preparação dos Dados.

88. Julgue o seguinte item, a respeito Do COBIT 2019.

O processo Gerenciar a Configuração (BAI10) pertence ao Domínio Construir, Adquirir e Implementar (AIE).

89. A respeito da Segurança da Informação, julgue o seguinte item.

Autenticidade, Confidencialidade, Integralidade e Disponibilidade são princípios da Segurança da Informação.



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Contábil) 27/06/2021

90. A respeito de Banco de Dados, julgue o seguinte item.

Independência física de dados refere-se à capacidade de alterar o esquema conceitual sem a necessidade de alterar os esquemas externos ou os programas aplicativos.

RACIOCÍNIO LÓGICO

91. Julgue o item que se segue, a respeito de lógica proposicional.

A sentença “É justo que o novo modelo preconizado ofereça uma oportunidade ímpar de testar o investimento em reciclagem técnica?” é uma proposição lógica composta.

92. A partir da proposição P: “Quem pode o mais, pode o menos.”, julgue o próximo item.

Se a proposição P for verdadeira, então o conjunto formado por indivíduos que podem o mais está contido no conjunto dos indivíduos que podem o menos.

93. João é honesto quando admite que jamais deixará de ser o cidadão desonesto que sempre foi.

Considerando a sentença acima, julgue o item seguinte, concernente à argumentação e aos tipos de argumentos:

Não sendo possível provar que o enunciado é falso, então João é, de fato, honesto.

94. João é honesto quando admite que jamais deixará de ser o cidadão desonesto que sempre foi.

Considerando a sentença acima, julgue o item seguinte, concernente à argumentação e aos tipos de argumentos:

Verifica-se a ocorrência de falácia no argumento da frase.

95. Julgue o seguinte item:

A sentença “Se Rui chegar atrasado, então a reunião não começará.” pode ser corretamente negada pela sentença “Rui chegou atrasado e a reunião começou.”

96. Julgue o item seguinte, sobre lógica proposicional e lógica de primeira ordem:

A negação da proposição “Todas as provas devem ser corrigidas de forma digital.” é corretamente expressa por “Nenhuma prova deve ser corrigida de forma digital.”

Enunciado para as questões 97, 98 e 99:

Seis meninas — Marcela, Marina, Mariana, Márcia, Maria e Mariza — estão enfileiradas, da esquerda para a direita, e dispostas da seguinte forma:

I. Marina está em uma posição anterior à de Mariana;

II. Mariana está imediatamente após Márcia;

III. Maria não está antes de todas as outras, mas está mais próxima da primeira posição do que da última;

IV. Mariza está em uma posição anterior à de Marina;

V. Marina não ocupa a quarta posição da fila.

Com base nessas informações, julgue os itens a seguir, considerando a ordenação da esquerda para a direita.

97. Marina e Márcia estão, necessariamente, em posições consecutivas.



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Contábil) 27/06/2021

98. A quinta posição da fila pode ser ocupada por Mariana.

99. Marcela pode ocupar a terceira posição da fila ou a última.

100. Considere as seguintes proposições:

P: O apartamento será reformado;

Q: O apartamento receberá visitas.

Tendo como referência essas proposições, julgue o item a seguir, considerando que a notação $\sim S$ significa a negação da proposição S.

Se a proposição $P \rightarrow [\sim Q]$ for falsa, então será também falsa a proposição: Caso o apartamento receba visitas, ele não será reformado.



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Contábil) 27/06/2021

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**CONTABILIDADE PÚBLICA**

Considerando que o Sistema de Contabilidade Federal compreende as atividades de registro, de tratamento e de controle das operações relativas à administração orçamentária, financeira e patrimonial da União, com vistas à elaboração de demonstrações contábeis, julgue os itens a seguir:

101. Uma das finalidades do Sistema de Contabilidade Federal é evidenciar a situação orçamentária, financeira e patrimonial da União, dos Estados e dos Municípios.

102. As operações de que resultem débitos de natureza financeira não compreendidas na execução orçamentária serão objeto de registro, porém individualização e controle contábil não se faz necessária em virtude dessas operações não estarem compreendidas na execução orçamentária.

103. São integrantes do Sistema de Contabilidade Federal os órgãos setoriais, que são as unidades de gestão interna dos Ministérios e da Advocacia-Geral da União e a Secretaria do Tesouro Nacional, como órgão central.

104. Cabe à Unidade Orçamentária a elaboração das propostas orçamentárias das suas unidades administrativas.

105. No Brasil, o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal tem como uma das finalidades apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, sendo essa relação de subordinação entre o controle externo e interno.

106. O objetivo principal da maioria das entidades do setor público é fornecer serviços à sociedade, em vez de obter lucros e gerar retorno financeiro aos investidores. Por esse motivo, o desempenho de tais entidades pode ser avaliado de forma suficiente por meio da análise da situação patrimonial, do desempenho e dos fluxos de caixa.

107. Os Relatórios Contábeis de Propósito Geral das Entidades do Setor Público (RCPGs) fornecem informação específica para a tomada de decisão gerencial pelos gestores públicos, não servindo de base para os cidadãos em geral.

108. Para que um recurso controlado pela entidade no presente seja definido como ativo, é necessário que ele tenha surgido de transação ou outro evento passado.

109. Ainda que a obrigação possa ser extinta sem a saída de recursos da entidade, será considerada como passivo.

110. A estrutura conceitual e das NBCs TSP se aplicam, facultativamente, às empresas estatais independentes.

111. A incerteza relacionada à existência de um ativo não deve ser avaliada em cada data da demonstração contábil.

112. No patrimônio líquido, o resultado do período deve ser segregado com os resultados acumulados de períodos anteriores.

113. Determinado bem mantido no patrimônio público com o propósito exclusivo de negociação futura deve ser incluído no ativo circulante não circulante do balanço patrimonial.



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Contábil) 27/06/2021

114. Relativamente às variações patrimoniais qualitativas e quantitativas e às receitas e despesas sob o enfoque patrimonial, julgue o próximo item.

Por ser uma variação patrimonial quantitativa que afeta positivamente o resultado patrimonial, a possibilidade de um recebimento de uma doação será contabilizada como variação patrimonial aumentativa.

115. Uma variação patrimonial aumentativa deveria ser registrada antes da ocorrência do fato gerador caso aconteça um recebimento antecipado de valores oriundo da venda a termo de serviços

116. Uma variação patrimonial diminutiva (VPD) é considerada realizada quando surge um passivo sem o correspondente ativo.

117. Tanto a classe 3 (variação patrimonial diminutiva) quanto a classe 4 (variação patrimonial aumentativa) pertencem à natureza de informação de orçamentária, que registra, processa e evidencia os atos e os fatos relacionados ao planejamento e à execução orçamentária.

118. A classe 5 (controles da aprovação do planejamento e orçamento) e a classe 6 (controles da execução do planejamento e orçamento) pertencem à natureza de informação de controle, que registra, processa e evidencia os atos e fatos relacionados ao planejamento e à execução orçamentária.

119. Os entes da Federação somente poderão detalhar a conta contábil nos níveis posteriores ao nível apresentado na relação de contas do PCASP, com única exceção a esta regra corresponde à abertura do 4º nível (Título) das contas de

Natureza de Informação Patrimonial, que obrigatoriamente será classificado em Intra OFSS, Inter OFSS (União, estados ou municípios) ou Consolidação.

120. As contas contábeis do PCASP são identificadas por códigos com 7 níveis de desdobramento.

121. Para a consolidação das contas públicas nos diversos níveis de governo, foi criado no PCASP um mecanismo o qual utiliza o quarto nível(subtítulo) das classes 1, 2, 3 e 4 do PCASP (contas de natureza patrimonial) para identificar os saldos recíprocos.

122. O mecanismo para a consolidação das contas públicas nos diversos níveis de governo utiliza o código x.x.x.x.5.xx.xx(INTER OFSS –MUNICÍPIO) que compreende os saldos que serão excluídos nos demonstrativos consolidados do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) de entes públicos distintos, resultantes das transações entre o ente e um município.

Os dados a seguir referem-se à aquisição de notebooks para os servidores realizarem o teletrabalho em uma entidade pública com o objetivo de melhorar e otimizar os serviços prestados à sociedade.

quantidade	200
preço unitário	4500
impostos não recuperáveis	15%
vida útil estimada	5 anos
data de aquisição	31/12/2020
método de depreciação	cotas constantes
valor residual	não há



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Contábil) 27/06/2021

Após 30 meses de uso desses computadores, foi feita a contratação de laudo técnico sobre a recuperabilidade das máquinas utilizadas, por recomendação de um auditor ao gestor patrimonial. Conforme o laudo, o valor líquido de venda dos computadores era de R\$ 525.000 e o valor em uso, de R\$ 510.000.

A partir dessas informações, julgue os próximos itens.

123. O valor contábil dos computadores em junho de 2022 será de R\$ 517.500.

124. Após os 30 meses de uso, a entidade deverá contabilizar a perda por recuperabilidade, porque o valor contábil do ativo é superior ao valor recuperável.

125. Caso a entidade aliene dez notebooks em setembro de 2022 pelo valor de R\$ 43.000, haverá um ganho de R\$ 4.362,50

126. O valor correspondente à despesa de depreciação dos computadores é uma variação patrimonial diminutiva

127. Acerca da necessidade de relacionamento do regime orçamentário com o regime contábil, julgue os itens que se seguem

A previsão da receita orçamentária não pode ser usada como reconhecimento da atividade tributária, pois essa etapa é apenas uma projeção de receitas, que pode ou não se concretizar no exercício previsto

128. São princípios previstos de forma expressa na Lei nº 4.320/64: a unidade universalidade e anualidade.

129. O princípio da totalidade determina que a LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

130. São classificadas como receitas patrimoniais a remuneração das disponibilidades do Tesouro

FINANÇAS PÚBLICAS

131. Acerca das funções do Estado na economia, julgue.

A tributação progressiva para as faixas do imposto de renda é um exemplo de função alocativa do Estado.

Considerando a estrutura orçamentária e a evolução do déficit e da dívida pública no Brasil, julgue os itens 132, 133 e 134 a seguir.

132. O déficit público brasileiro sofreu redução no final dos anos 80 e início dos anos 90 devido ao efeito Tanzi às avessas, o qual possibilitava a redução real das despesas públicas em um ambiente inflacionário.

133. Quanto mais elevado o nível de endividamento de um país, maior terá de ser o resultado primário apurado por ele para que fique estável a relação dívida/PIB.

134. Os altos níveis de inflação enfrentados pelo Brasil no início dos anos 2000 contribuíram para diminuir o resultado operacional brasileiro naqueles anos.



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Contábil) 27/06/2021

Considerando os princípios da tributação, julgue os itens 135, 136 e 137.

135. A regressividade constante em alguns tributos no Brasil, como no IR, contribui para aumentar a discrepância de riqueza entre os ricos e os mais pobres.

136. O custo tributário nem sempre recai majoritariamente sobre os consumidores. É o caso da introdução de um tributo em um mercado competitivo, cuja oferta é inelástica e a demanda é elástica à variação de preços.

137. Em mercados eficientes, não há possibilidade de haver tributação.

138. Julgue o seguinte item, relativo ao orçamento público, finanças públicas e direito financeiro.

De acordo com o Manual Técnico de Orçamento (MTO), o direito econômico tem por objeto a disciplina jurídica de toda a atividade financeira do Estado e abrange receitas, despesas e crédito público.

139. A respeito do plano plurianual (PPA), da lei de diretrizes orçamentárias (LDO) e da lei orçamentária anual (LOA), julgue o item que se segue.

Apesar de não expresso, nada impede que a Lei de Diretrizes Orçamentárias contenha dispositivos que criem, aumentem ou suprimam tributos.

Acerca dos princípios orçamentários, julgue os itens 140 e 141.

140. De acordo com o princípio do orçamento bruto, permitem-se deduções no balanceamento de transferências intergovernamentais.

141. De acordo com a Lei 4.320/64, as despesas devem ser especificadas, no mínimo, por elementos. É por isso que, seguindo a classificação por natureza da despesa, as despesas são detalhadas na LOA até o elemento de despesa.

A respeito do orçamento público e das receitas e despesas públicas, julgue os itens 142, 143 e 144 que se seguem.

142. Constituinto uma evolução em relação ao orçamento clássico, o orçamento de desempenho (ou por realizações) inovou ao trazer a vinculação entre o planejamento e o orçamento.

143. Em que pese a tentativa de implantação do orçamento-programa em outros momentos da história econômica brasileira, foi somente com a CF/88 que este instrumento foi definitivamente consolidado.

144. De acordo com o Manual Técnico do Orçamento (MTO), a abertura de créditos especiais e extraordinários constituem alterações qualitativas do orçamento.

À luz da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), julgue os itens 145 a 153 seguintes.

145. Para a contabilização da receita corrente líquida dos estados, são deduzidos os valores das transferências aos municípios decorrentes de determinação legal e constitucional.



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Contábil) 27/06/2021

146. De acordo com a LRF, é condição obrigatória para a aprovação da LOA no Congresso Nacional a realização de debates e audiências públicas durante o processo de elaboração e discussão dessa lei.

147. A LRF veda a limitação de empenho feita de forma desproporcional entre as dotações orçamentárias.

148. Pode-se afirmar que todas as empresas estatais dependentes possuem capital social com direito a voto majoritariamente pertencentes, direta ou indiretamente, a ente da federação.

149. O Congresso Nacional (CN), no âmbito do processo legislativo orçamentário, tem competência para definir dotações sobre as quais os Poderes e o Ministério Público não podem promover limitação de empenho e movimentação financeira.

150. Empresas estatais independentes são, necessariamente, empresas controladas. Além disso, podem receber recursos de seu ente controlador, desde que não sejam destinados ao pagamento de despesas com pessoal ou de custeio geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.

151. As disposições da LRF aplicam-se à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. Incluem-se neste rol as empresas estatais dependentes e independentes.

152. A avaliação dos custos dos serviços públicos prestados é viabilizada pelas normas relativas ao controle de custos dos programas financiados com recursos públicos constantes no PPA.

153. Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.

Acerca do ciclo orçamentário, julgue os itens 154 e 155 seguintes.

154. O ciclo orçamentário se confunde com o período de mandato do chefe do Poder Executivo.

155. De acordo com a CF/88, a iniciativa das leis orçamentárias é privativa do chefe do Poder Executivo. Dessa forma, é possível a delegação dessa iniciativa a certas autoridades mencionadas no texto constitucional.

156. Assunto: Ciclo Orçamentário

Com relação ao disposto na CF acerca do ciclo orçamentário e do orçamento público, julgue o item subsequente.

Por ter como finalidade a orientação da elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) pelo parlamento é condição prévia à elaboração da lei de orçamento.

Acerca das etapas de elaboração do projeto de Lei Orçamentária Anual, julgue os itens 157 e 158.

157. É na etapa de elaboração da pré-proposta que são definidas as diretrizes para a elaboração do PLOA.

158. A etapa de avaliação da Necessidade de Financiamento do Governo Central (NFGC) para a



Rodadas Avançadas SEFAZ-AL (Auditor Contábil) 27/06/2021

proposta orçamentária vem logo após a elaboração da pré-proposta.

Acerca do processo legislativo orçamentário, julgue os itens 159 e 160.

159. O Presidente da República poderá enviar mensagem ao Legislativo, propondo modificação nos projetos de leis orçamentárias, enquanto não tiver sido iniciada, na Comissão Mista (CMO), a discussão da parte cuja alteração é proposta.

160. De acordo com a CF/88, não são permitidas emendas parlamentares que acarretem aumento

de despesa em projetos de lei de iniciativa exclusiva do Presidente da República. Dessa forma, eventual emenda parlamentar que acarrete aumento de despesa na Lei Orçamentária Anual (LOA) deve ser considerada inconstitucional.



Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Rodada-Avançada-SEFAZ-AL-Auditor-Contábil-27-06-21>



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.